

SANTOS, E. S. Requalificação urbana e ordenamento...

MARCEL, J. Bahia: negra, mas limpinha. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2005.

MATTOSO, K.M^a Q. Bahia Século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. _____Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

MONTOYA URIARTE, U. Antropologia urbana: problemas e contribuições. In: _____;JUNIOR, M.E. (organizadores). Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003, p.41-56.

PORTAS, N.; DOMINGUES, A. G.; CABRAL, J. Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JUNIOR, O. A. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Deficiência ou diferença: o estigma como produtor de desigualdades no mundo do trabalho

*Cauê Fraga Machado**

*Rodrigo Ciconet Dornelles***

Resumo: A proposta do presente artigo é efetivar uma análise acerca das relações entre o mundo do trabalho e a deficiência em sua dimensão sociocultural. A partir de dados etnográficos e de reflexão bibliográfica, visando à compreensão dos significados construídos e elaborados socialmente na fabricação das identidades, o que se pretende é dar conta da articulação desse processo com a produção e a reprodução das desigualdades sociais na sociedade capitalista – especificamente, o caso brasileiro. De modo que, a arbitrariedade dos valores atribuídos às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e a sua condição de classe promovem a sistemática exclusão desses sujeitos do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mundo do trabalho, deficiência, exclusão, desigualdade social.

Abstract: The main purpose of the present article is to conclude an analysis about the relationships between the jobs world and the handicapped in a social-cultural dimension. From ethnographic data and from books references, seeking the understanding of the social built-elaborated meanings on the identity formulation, what is intended to be done is up keeping this process with the production and the reproduction of the social inequality in the capitalist society- being more specific, the Brazilian issue. In a way that, the worth's judgement capacity given to handicapped people and their social class condition promote a systematic exclusion of this people from the jobs world.

Word-key: jobs world, handicapped, exclusion, social desiquality.

Introdução

É o mundo fenomênico, o mundo onde percebemos a essência, através de sua expressão fenomênica. Mas o fenômeno, apesar de se constituir da essência, não expressa esta de maneira concreta, mas apenas superficial. A essência não se traduz totalmente no fenômeno, apesar de necessitar dele para sua representação no real. Para se conhecer a essência, necessário se faz libertação dos reflexos fenomênicos. Necessário se faz compreender o fenômeno e essa compreensão se dá através de um olhar não setorial, não resumido, não iludido pelo “evidente”, mas através do todo, através do geral, através de uma busca multifacetada, através da totalidade. E esta totalidade deve ser histórica, racional, não subjetiva ou metafísica, deve ser concreta.

Karel Kosik

* Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo tem como objetivo discutir a importância do trabalho no cotidiano dos atores sociais, e o estigma social carregado pelos portadores de deficiência¹ – o que acarreta em maiores dificuldades para entrar no mercado de trabalho, e quando entram, o fazem ocupando as posições (cargos) de menor prestígio social; além de trabalho precarizado e/ ou informal. É claro que as exceções existem. Todavia pretendemos discutir a situação predominante entre as pessoas portadoras de deficiência (PPD), no Brasil.

Para tal, o *trabalho* será considerado categoria ontologicamente central e fundamental para o entendimento da sociedade. “[...] é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”. (MARX, 1971. p. 50). Tendo em vista que as identidades sociais são construídas, centralmente, pela sua inter-relação com o trabalho², o qual também tem uma relação na construção das sociedades. É importante ressaltar que as identidades não são estáticas, mas sim acionadas quando necessárias, e na relação que os sujeitos têm consigo e com os outros sujeitos. Dependendo da figuração dos espaços, as mais diversas identidades podem ser acionadas³.

Lembrando que essas relações são dialéticas, já que o homem e a sociedade não são agentes passivos nesse processo. Pelo contrário suas ações influenciam e modificam a forma como o mundo do trabalho – que age sobre eles – se estrutura.

Na primeira parte do artigo será discutida a centralidade dessa categoria: trabalho. Já a segunda parte deste artigo abordará a deficiência em sua dimensão sociocultural, e não em seus aspectos clínicos ou físicos. De acordo com Ribas (1992), a deficiência é uma identidade social, cultural e institucionalmente construída.

Pretende-se diagnosticar na deficiência sua problemática sociológica, vislumbrando que, além das “origens clínicas (congenita ou adquirida) e do tipo (física, sensorial ou mental), é preciso perceber sua origem, inter-relação e mútuo condicionamento social” (RIBAS. 1992, p. 4). Reconhecendo que é através de parâmetros socioculturais que a concepção de deficiência é construída como uma espécie de *capital social* negativo. O deficiente só se enxerga como tal, na medida em que os outros o vêem como diferente, acarretando em exclusão social, o que reflete nas relações no mundo do trabalho.

No mundo, aproximadamente, 600 milhões de pessoas são deficientes físicas. Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% dessas pessoas vivem nos países pobres ou em desenvolvimento. Deste número, apenas 1% a 2% têm acesso a serviços de readaptação – o que ressalta as disparidades entre países ricos e pobres e entre zonas urbanas e rurais. No Brasil, de acordo com o senso realizado em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a relação numérica com os dados obtidos, determinou que há cerca de 24,5 milhões de deficientes, ou seja, há 14,5% de pessoas vivendo com algum tipo de deficiência, em um universo de, aproximadamente, 174 milhões de habitantes.

A deficiência relacionada com os aspectos do mundo do trabalho será o objeto da abordagem da segunda parte. Portanto serão abarcadas as características específicas do mundo do trabalho que têm relação com a deficiência.

Trabalho

Uma aranha executa operações semelhantes aquelas levadas a cabo pelo tecelão: a construção dos favos de mel pelas abelhas poderia envergonhar, por sua perfeição, muitos arquitetos. Mas o que distingue o pior arquiteto da mais hábil abelha é que o arquiteto ergue sua estrutura na imaginação antes de levantá-la na realidade.

Karl Marx

Na economia capitalista a desigualdade social é produzida e reproduzida como uma espécie de necessidade, já que ela faz parte do sistema e os detentores do poder político e econômico têm interesses criados na sua manutenção. De maneira que podemos - para fins de melhor entender quem tem interesse na conservação das desigualdades sociais-, dividir a sociedade ocidental capitalista em dois grupos distintos, a classe-que-vive-do-trabalho:

¹ É uma categoria – construída socialmente – com vistas a marcar negativamente uma diferença. Sendo assim, sua utilização é feita no sentido de desnaturalizar e marcar uma posição contrária ao seu uso pejorativo. Além disso, siglas referentes, por exemplo, aos portadores de deficiência visual (PDV) cristalizam o uso dessa expressão.

² Trabalho pensado como a relação dialética do homem com a natureza, e do homem consigo mesmo.

³ Assim, uma mesma pessoa pode ser “deficiente”, “portadora de necessidades especiais”, “aleijado” ou, ainda, em espaços não estigmatizantes apenas médico, pai, faxineiro, advogado, cientista.

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital [...] e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. [...] também incorpora o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital [...] e o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES E ALVES. 2004, p. 342).

Em contraposição à outra classe: a dos “gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, na gestão e no sistema de mando do capital, [...] os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora [...] dos meios da sua produção, [...] e aqueles que vivem de juros e especulação” (Antunes e Alves, 2004. p. 343), que não fazem parte da classe trabalhadora. Mais genericamente a distinção entre aqueles que detêm os meios de produção e os que detêm apenas a mercadoria trabalho – ou seja, o próprio corpo e a própria vida, como capital.

O *trabalho* é categoria fundante do homem como ser social, na medida que através dele o homem relaciona-se não somente com a natureza, mas também consigo mesmo e com os outros homens e, ainda, constrói a realidade subjetiva e objetivamente. A relação do ser com o seu trabalho tem como efeito uma relação de grande importância: a da construção da sua identidade. De modo que no capitalismo (de maneira genérica), no qual uma classe detém os meios de produção, e outra detém apenas seu trabalho como mercadoria⁴. Ou melhor, a sua própria vida, já que toda ela é conformada com vistas na formação e manutenção do sujeito enquanto trabalhador, ou seja, produtor de mais-valia. Deste modo, as identidades são construídas e percebidas do mesmo modo com que o trabalhador relaciona-se com seu processo de trabalho: de maneira alienada.

Para melhor entender essa relação alienada do sujeito com o objeto, e do sujeito com o próprio sujeito e os demais, faz-se necessário trazer à baila a noção de alienação, e seus dois níveis: a alienação histórica e a alienação em sua dimensão ontológica. A alienação histórica, nos termos de Marx, seria a alienação (estranhamento) do trabalhador em relação ao produto e em relação à própria atividade. E o segundo nível, a alienação numa dimensão ontológica: aliena do homem a natureza e a si mesmo, aliena do homem o gênero.

Uma consequência do homem estar alienado do produto do seu trabalho, da sua atividade vital, do seu ser genérico, é o homem estar alienado do homem. Quando o homem está frente a si mesmo, então o outro homem está frente a ele [...] cada homem considera o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador. (MARX, 1983. p. 158. apud SILVEIRA, 1989.p. 43).

Somado a isso, a economia capitalista tem como apoio a ideologia (capitalista e liberal), que juntamente com a alienação proporciona aos sujeitos a falsa idéia de liberdade e de conhecimento de si mesmos. De maneira que no capitalismo, as desigualdades sociais são naturalizadas, e isso não permite a visualização das dominações de classe, que se reafirmam na transformação dos homens em mercadorias – esses com diferenças entre si que servem ao Capital.

Nas últimas décadas o que se tem observado é uma violenta desestruturação do mundo do trabalho, aquele conhecido na sua relação clássica – patrão/ empregado com vínculo empregatício -, além do enorme número de desempregados. O que vislumbramos ao analisar o mundo do trabalho hoje é a sua nova morfologia: a precarização das relações nele contidas.

Constata-se que a precariedade está hoje por toda parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicam as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas

⁴ Tendo em vista que o capitalismo acaba por transformar as relações qualitativas em quantitativas, e pretende transformar todas as diferenças entre os sujeitos em desigualdade entre mercadorias – inclusive o trabalhador como mercadoria -, como se fosse uma espécie de luta pela aniquilação das dimensões subjetivas visando relacionar coisas e coisas, e, não mais homens e homens, e homens e coisas.

temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. (BOURDIEU, 1998, p. 120).

Somado a isso, as outras mutações que ocorreram no mundo do trabalho: trabalho terceirizado, sub-contratados, trabalhadores *part-time*, e trabalho parcial, temporário, informalizado, além de enormes níveis de desemprego⁵ e de trabalhadores desempregados. Afora isso, os fenômenos: aumento significativo de trabalho feminino – apesar da desigualdade imposta pelo mundo do trabalho ao gênero feminino -, expansão do *setor de serviços*; e ainda as tendências a excluir do mundo do trabalho os jovens, e os idosos (e adultos acima de 40 anos); além do aumento do trabalho do *terceiro setor*, e para a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas áreas.

Assim, pretendemos demonstrar que ao contrário do que algumas correntes da sociologia apontam como sendo o *fim do trabalho* como central na produção tanto da objetividade como das subjetividades, é na verdade a reafirmação da sua centralidade. O trabalho não está acabando, mas sim passando por mutações e na medida em que ele vai se precarizando, os direitos dos trabalhadores estão cada vez mais próximos do fim.

As mediações de segunda ordem do capital – isto é, os meios de produção alienados e suas “personificações”: dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global; o mercado mundial - sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária existente entre eles. (Mészáros, 1995, p.17-18).

Em última instância analisaremos o trabalho como categoria ontologicamente central tendo em vista como o trabalhador deficiente relaciona-se com ele. Analisaremos como o deficiente relaciona-se com o sistema de produção vigente no Brasil e qual é a forma como ele é absorvido por aquilo que alguns denominam de mercado de trabalho, já que as mutações do mundo do trabalho também interferem diretamente na vida do sujeito que é o portador de algum tipo de deficiência. O dito mercado de trabalho necessita, de alguma maneira, incluir esses trabalhadores, que são 600 milhões de pessoa, segundo Organização Mundial da Saúde (OMS). O que representa, aproximadamente, 10% da população mundial, de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física. Ou seja, o mundo do trabalho não pode desconsiderar tamanha quantidade de mão-de-obra.

Deficiência

Digamos numa palavra que o anormal (e isso até o final do século XIX, talvez XX) [...] é no fundo um monstro cotidiano, um monstro banalizado. O anormal vai continuar sendo, por muito tempo ainda, algo como um monstro pálido.

Michel Foucault

Assim, podemos pensar o mundo do trabalho como o cerne das relações de dominação no modo de produção capitalista. É claro que esse papel central relativo ao trabalho não é exclusivamente desempenado na produção (seja ela material ou intelectual), mas, pelo contrário, para auxiliar e reforçar tais relações.

Ao aspecto econômico do trabalho somam-se as características socioculturais, que podem tanto subverter a dominação econômica ou reafirmá-la e reforçá-la, pois são construídas dentro do processo econômico. Entre essas características podemos pensar as mais diversas formas de dominação e opressão, como a de gênero (o homem sobre a mulher) ou a étnico-racial (o “branco” sobre as outras etnias), por exemplo. As quais encontram-se nas categorias de exclusão socialmente institucionalizadas daqueles considerados *diferentes*, dentre os quais encontram-se os portadores de deficiência.

De modo que para dar continuidade à lógica do capital que é circular e acumular através do mercado e da extração da mais-valia do trabalhador, as diferenças/ desigualdades sociais são úteis para potencializar a lucratividade na extração da mais-valia. Somado a isso, o mercado produz para o *diferente*, e extrai dessa relação (necessidade criada de consumir produtos/ bens distintos) mais lucro. Ou seja, o mercado pretende transformar tudo em mercadoria; transformando, assim, todas as relações qualitativas em quantitativas.

Além disso, a categoria *trabalho* é ontologicamente central, já que o trabalho não produz apenas

⁵ No Brasil encontramos, segundo dados do IBGE, a seguinte disparidade: População Economicamente Ativa: 87165384 – População em Idade Ativa: 147204066.

capital – ou é ele o próprio capital -, mas produz as identidades sociais e individuais. Além disso, as formas modernas de trabalho têm invadido cada vez mais as diversas esferas da vida, o que dificulta o estabelecimento de fronteiras entre trabalho e não-trabalho, de maneira que o tempo daquele que vive-do-trabalho quando pensa e quando vive o trabalho é imensurável.

Se a nossa sociedade está dividida entre a classe-que-vive-do-trabalho e os que não fazem parte dessa classe, e, por extensão, ideologicamente, entre dominantes e dominados, estas divisões acabam permeando e sendo permeadas por todas as outras relações sociais. A respeito dos portadores de deficiência fica evidente o quanto a posição de classe atravessa e é atravessada por outras desigualdades, “quando o deficiente está posicionado numa classe social que o impede pela pobreza material de comprar aparelho, cadeira de rodas, aprender o alfabeto Braile ou o manual, fazer reabilitação etc., ele estará sentenciado a ser sempre comandado pela vida”. (RIBAS, 1983, p.30)

Como resultante da estrutura da sociedade brasileira, a maioria das pessoas deficientes localiza-se nas classes dominadas da população. É fácil de saber os porquês: porque a população mais pobre está mais sujeita à carência de alimentação mínima necessária, porque há falta de higiene, porque há habitações precárias, porque há falta de saneamento básico.

As pessoas estão mais expostas às doenças, a contaminações e a acidentes que podem trazer como consequência o nascimento de crianças deficientes ou à aquisição da deficiência – são pessoas que moram em barracos nas favelas ou em periferias distantes, em pequenos cômodos sujos dos cortiços. O quadro da saúde da população agrava-se na medida em que sabemos que a maior parte dos trabalhadores conta apenas com serviços do Sistema Único de Saúde, que na maioria das vezes não dá demanda de atendimentos ou ainda o faz de forma precária. Isso influi diretamente no processo de reabilitação de uma criança ou de um adulto deficiente.

A isto devemos acrescentar o alto número de acidentes de trabalho. Cujas principais causas não é a falha humana (do trabalhador), como se poderia supor. Pelo contrário, a causa primeira dos acidentes é a falta de segurança e das (muitas vezes) precárias condições de trabalho. Acrescenta-se a isso a condição de vida do trabalhador que o obriga a uma longa jornada de trabalho, além de ser obrigado a perfazer o seu parco salário com excessivas horas extras, a ter as suas horas de sono restringidas por ter que pegar inúmeras conduções (ônibus ou trem). Enfim, os acidentes de trabalho têm também origem no cansaço físico e mental do trabalhador.

Devemos acrescentar que os valores culturais que a deficiência carrega são distintos nas diversas sociedades, de modo que assim é possível reafirmar seu caráter social (construção), e identificar que o problema (incômodo) causado pela deficiência não está em seu caráter físico, mas sim no estigma social⁶ carregado pelo portador da deficiência – de modo que são os “normais” quem mais se incomodam com o deficiente. É claro que o longo processo de interiorização do estigma produz no deficiente, e não somente nos “normais”, a aceitação e a reprodução da exclusão e do incômodo como sendo causado pelo biológico. Entretanto esse processo de socialização do biológico e de biologização do social serve mais para legitimar a exclusão de que para de fato explicá-la.

Sobre uma dos nossos interlocutores, Ângela (Interlocutor 1), afirma:

“Numa certa altura da vida, passei a não achar tão terrível o fato de não poder andar. Mas a pressão social era tão grande que eu me sentia deprimida: tem que andar, tem que andar: incapaz, incapaz”.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto-depreciação ou até de autodesprezo sistemáticos, principalmente visíveis. (Bourdieu, 2005, p. 46)

Ângela que é *cadeirante* e trabalha na Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirma ter tido grandes dificuldades em concluir seus estudos, e passar a viver o mundo além da sua casa, fora do núcleo familiar. Diz que para ela as coisas começaram tarde. Após passar anos na sua juventude fazendo tratamento para voltar a andar chegou à conclusão:

“Depois de um tempo, achei que não valia a pena continuar o tratamento. Afinal, cadeira de rodas

⁶ Isto é o estigma. Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitem identificar quais pessoas são estigmatizadas. (RIBAS, 1983, p. 16)

não era a coisa mais terrível do mundo. Enfrenta-se algumas dificuldades, mas se acaba fazendo as mesmas coisas. Mesmo em cadeira de rodas eu posso ter emprego, e conquistar minha independência”.

Ela vê, ainda, que a sociedade não está preparada para assimilar o deficiente: “quer obrigar os diferentes a se tornarem iguais. É mais fácil excluir a diferença do que incluí-la, porque a diferença incomoda os outros, incomoda todo mundo”. O problema, fundamentalmente, é da sociedade que não consegue aceitar o diferente e o incluir nas relações sociais de forma harmônica. A deficiência não constitui um problema para o deficiente; ela (a não-aceitação) é um problema da sociedade e não do diferente, do estigmatizado.

A nossa sociedade, capitalista, é discriminadora e excludente. Ela é assim porque as mulheres e os homens, que nela relacionam-se, construíram historicamente e reproduzem divisões estruturais entre classes, divisões essas permeadas por conflitos inconciliáveis, com desdobramentos múltiplos, que condicionam todas as exclusões e discriminações efetuadas.

A deficiência é, sobretudo, uma identidade social, cultural e institucionalmente construída. As pessoas que são portadoras de algum tipo de deficiência são deficientes na medida em que a sociedade ou a cultura, da qual o portador faz parte, o enxergam não só como diferentes, mas também como pessoas excluídas da ordem do social, o que em última instância significa da ordem do “normal”. Pois em qualquer sociedade as pessoas têm inúmeras diferenças: cada indivíduo difere dos outros em muitos aspectos. No entanto nem todas as diferenças são socialmente institucionalizadas a ponto de tornarem-se desigualdade social. Portanto, é possível concluir, provisoriamente, que o conceito de deficiência é relativo, já que é relacionado a algum parâmetro, que pode se inferir que tal ou qual característica é uma normalidade ou é uma deficiência.

Assim é que em qualquer sociedade existem valores culturais que se consubstanciam no modo como a sociedade está organizada. São valores que se refletem imediatamente no pensamento e nas imagens dos homens, e norteiam as suas ações. São valores que terminam por se refletir nas palavras com que os homens se exprimem. Assim sendo, em todas as sociedades a palavra ‘deficiente’ adquire um valor cultural segundo padrões, regras e normas estabelecidos no bojo de suas relações sociais. (RIBAS, 1983. p.12)

Ao usarmos palavras que estejam relacionadas, tais como “cego” e “surdo”, direta ou indiretamente, aos portadores de deficiência nós já estamos as relacionando com as nossas concepções daquilo que estas palavras significam. As palavras são significantes daquilo que cada sociedade designa como correspondente a cada signo, ou seja, elas são, sobretudo, construções sociais.

Cada sociedade constrói o corpo como sua realidade normalizada e como depositário de princípios de visão e divisão normalizantes, quer dizer: a construção da concepção de corpo, de cada sociedade, tem, na sua essência, as valorações daquela determinada sociedade. Esse senso da sociedade de compreensão incorporada estende-se a toda a sua visão de mundo e, antes de tudo, à própria percepção do corpo, ou seja, a forma como o corpo é visto e entendido, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre as diferenças biológicas, conformando-as aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos não-deficientes sobre os deficientes, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre esses dois “pólos”, isto é, entre o corpo “normal” e o corpo “anormal”, e, especificamente, a diferença anatômica entre a “perfeição” e a “imperfeição” dos órgãos, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre eles e, principalmente, da divisão social do trabalho.

No entanto, ao observar essa relação invertendo o prisma com o qual antes se observava, conclui-se que é a visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento, que em princípio é natural, da visão social que a embasa. Então se nota uma relação circular que carrega o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

Falar de dominação, ou de violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do *efeito de destino* que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo a aceitar, constringido e forçado, as categorias de percepção *direitas* [...]. (Bourdieu, 2005. p. 144).

A divisão entre os normais e os anormais, em um primeiro momento, parece ser algo “natural”, pois ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas relações materiais, “em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes” (BOURDIEU, 2005. p. 17), ocorrendo como sendo algo inerente à ação e ao aspecto subjetivo da ação. As estruturas que são construídas historicamente como sendo pertencentes à normalidade são, muitas vezes, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, resultando, assim, em um entendimento do anormal através de categorias que o definem e o reificam como desviante, ou seja, muitas vezes, recorremos, “para pensar essa dominação, a modos de pensamento que são eles próprios produtos dessa dominação”. (BOURDIEU, 2005. p.13).

De acordo com Bourdieu, a força da ordem do normal (o não-deficiente) se evidencia por seu caráter intrínseco à ordem vigente: a visão do “normal” impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação do normal sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada uma das duas categorias - o deficiente e o não-deficiente - de seu local, seu momento, seus instrumentos.

A pessoa portadora de algum tipo de deficiência é alguém estigmatizado. O estigmatizado é aquele que é considerado fora das normas, quer dizer: dos parâmetros/ das regras estabelecidas, ou seja, aquele que não está integrado, mas também não é, sumariamente, excluído da sociedade. Ele vive na *liminaridade*.

Pela lógica dos valores sociais dominantes, uma pessoa estigmatizada deve tentar se parecer como a mais “normal” possível. Ela deve se “normalizar”. Aqueles que fogem dos “padrões”, de certa forma agridem a “normalidade” e se colocam à parte da sociedade. É por isso que se procura alcançar por qualquer meio e a qualquer consequência alinhar-se com esses “padrões”.

As pessoas estigmatizadas são pessoas que, muito embora tenham sido criadas nesta sociedade e nesta cultura, não são reconhecidas nem por esta sociedade, nem por esta cultura. Existe um mecanismo social muito bem feito que pende para a “exclusão” e ao mesmo tempo pende para a “integração”. Este mecanismo social é altamente discriminador. Essa tentativa de integração acontece concretamente através de instituições. Quais sejam: a escola, os hospitais psiquiátricos, as penitenciárias e mesmo os centros de reabilitação. O mecanismo social que exclui e a um só momento pretende integrar o deficiente traz para ele e para todos nós uma confusão muito grande de pensamentos, do que se conclui que ele age como integrador e como excludente.

A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal ou qual de suas partes, a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, maneiras que estão prenes de uma ética, de uma política de uma cosmologia. (Bourdieu, 2005. p. 38).

O “desviante” é aquele que não está integrado, adaptado, que não se apresenta física e/ ou intelectualmente normal e, portanto, encontra-se à parte das regras e das normas. Deste modo, o que mede o “desvio” ou a “diferença” social são os parâmetros estabelecidos pela organização sociocultural.

De acordo com Ribas, o deficiente é recebido pela família e pela sociedade de maneiras que vão desde o sentimento de pena, até o tratamento como um igual. Assim podemos observar o desenvolvimento histórico das conquistas dos portadores de necessidades especiais: desde o tratamento como doente (“coitado”), incapaz para qualquer atividade – já que requer cuidado constante -, até a construção da possibilidade de inclusão social, recente, muito ancorada nas conquistas que os movimentos organizados tiveram principalmente nas leis de inserção na escola e no mundo do trabalho.

O estigma não está na pessoa ou na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitem identificar quais pessoas são estigmatizadas. Uma pessoa traz em si o estigma social da deficiência. Contudo, é estigmatizada porque se estabeleceu que ela possui no corpo uma marca que a distingue pejorativamente das outras pessoas.

De acordo com os relatos de nossos interlocutores⁷ podemos observar o sofrimento causado pelo estigma e não pela deficiência em si. Isso quando comentam que a deficiência, ou a sua particularidade não os impede de realizar quase nenhuma atividade. “Quando me olham, não perguntam se eu consigo fazer isso ou aquilo, simplesmente me consideram incapaz”⁸. Ex-pacientes mentais que têm uma certa limitação que não imediatamente visível, nem sempre passam pelo mesmo processo. Os cegos, entretanto, são facilmente notados, o que orienta um tipo específico de ação daqueles que trabalham fazendo entrevistas de seleção

⁷ A não identificação dos nomes é devido a questões éticas.

⁸ Relato do Interlocutor 2 (Portador de Deficiência Visual – PDV), quando questionado sobre entrevistas de emprego.

de emprego. De modo que a visibilidade é um fator crucial. Além disso, a informação cotidiana disponível sobre ele é a base da qual ele deve partir para decidir qual plano de ação a empreender quanto ao estigma que possui.

Muitos dos considerados “diferentes” introjetam essa divisão como se ela fosse absolutamente natural. Aceitam a consideração de “diferentes” e admitem até a condição de “inferiores”.

É somente quando a pessoa deficiente introjeta as noções e regras socioculturais, que distinguem as pessoas em deficientes e não-deficientes, somente neste momento nascem de fato os “problemas”. “Problema”, assim como a deficiência, é algo relativo e também cultural. Para muitos deficientes as soluções possíveis e viáveis para a sua deficiência já foram encontradas. Às vezes parece que as pessoas querem imputar um “problema” aos deficientes. Às vezes, eles mesmo se imputem “problemas”. O que traz de fato “problemas” para as pessoas deficientes são as coisas que decorrem de seu meio social de vida. Eles estão muito mais ligados à organização sociocultural, do que à capacidade física das pessoas. A lógica da dominação é conhecida e reconhecida tanto pelo dominador quanto dominado, pois ela é permeada por um emblema, pelo estigma.

“Problema” é não ter como melhorar a condição física e intelectual deste deficiente mental. “Problema” é os deficientes não conseguirem emprego, escola, não terem dinheiro para fazer reabilitação, não serem aceitos nos centros de reabilitação, morarem em favelas, não terem dinheiro sequer para comprar um aparelho ortopédico, uma cadeira de rodas, um aparelho auditivo ou uma bengala. As pessoas acreditam que a vida de um deficiente é uma vida absolutamente desprovida de significado e de qualquer perspectiva.

[...] acreditamos que não existem tarefas específicas dentro de uma empresa para cada subcategoria – de pessoas surdas, deficientes físicas, mental ou cegas. Cada indivíduo, dentro de suas potencialidades, pode vir a ocupar um lugar diferente daquele que lhe é destinado, de acordo com seus próprios desejos e motivações. (MENDES, 2004, p. 27).

As pessoas deficientes não são, necessariamente, pessoas doentes. Essa relação entre deficiência e doença é operada, muitas vezes, na nossa sociedade e, conseqüentemente, em nós mesmos. A doença é um processo. Já a deficiência é um estado físico ou mental eventualmente limitador (as pessoas deficientes, salvo algumas exceções, não são pessoas doentes). A relação existente entre a doença e a deficiência é que algumas deficiências se originam em doenças, então: a deficiência, neste caso, é a seqüela trazida pela doença.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter as relações entre as causas e os feitos e fazer ver uma construção social naturalizada (a diferença como *habitus* deficientes). Portanto, a definição social elaborada com relações ao corpo e a o que é deficiência, muito antes de ser um registro de do que é natural, ao contrário a essa percepção, é produto de uma construção efetuada com vistas a escolhas orientadas, quer dizer, através da exaltação de certas diferenças, ou do aniquilamento de certas semelhanças – as quais, muitas vezes, não são convenientes de serem ressaltadas.

No entanto, há um paradoxo, qual seja: as diferenças visíveis entre os corpos “normais” e corpos “anormais” que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da percepção dominante, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é a deficiência que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em não-deficientes e deficientes, pode instituir a “normalidade” física e mental, construída em símbolo do natural e instituir a diferença entre esses dois “tipos” (não-deficientes e deficientes), no sentido de corpos construídos como duas essências sociais hierarquizadas.

O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa de nominação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo; ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que se impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo. (Bourdieu, 2005. p. 33).

O não-deficiente e o deficiente existem (configuram-se) a partir de um sistema relacional, já que cada um dos dois é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do oposto, isto é, como *habitus* normal, e portanto não anormal. Tais princípios de identidade constroem-se em uma relação antagônica, pois se inscrevem sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo ou de manter a postura, que são como

que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética.

Nos termos de Bourdieu, a primazia universalmente concedida aos não-deficientes se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas na divisão do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos não-deficientes a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições. Portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõe-se a cada agente como transcendente. E os próprios deficientes aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidos esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.

É importante explicitar (nas ciências sociais) ao estudar a deficiência que além das “origens clínicas (congenita ou adquirida) e do tipo (física, sensorial ou mental), é preciso perceber sua origem, inter-relação e mútuo condicionamento social”. (RIBAS, 1992, p. 4) Ribas contribui para pensarmos a deficiência física de maneira sociocultural – não negando suas relações com a medicina, mas apontando para os aspectos que proporcionam a certas condições de *diferenciação do padrão* serem socialmente valorizadas e outras não. Além do condicionamento que a economia e a cultura podem dar a deficiência. Assim quem sofre um acidente de trânsito pode tomar rumos diferentes em sua trajetória de vida devido as suas condições econômicas: pode se recuperar, caso tenha condições financeiras para pagar pelo tratamento adequado, pode não se recuperar, seja por ter de esperar por um atendimento que é precário no Sistema Único de Saúde (SUS), ou pelo fato de não haver recuperação mesmo. E, ainda, não recuperado pode se adaptar melhor a sua nova condição com a ajuda de recursos financeiros, ou pode se aposentar pela previdência pública e nunca mais conseguir se reafirmar socialmente – sem contar o tempo de espera entre o pedido de aposentadoria e a sua efetivação.

Isto é o estigma. Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitem identificar quais pessoas são estigmatizadas. (RIBAS, 1983. p. 16).

Ao analisar o número de vagas destinadas a deficientes como sendo maior que o número de procura, Brumer (2004) indica a falta de especialização desse grupo de pessoas – que não buscam vagas para cargos nos quais não tenham condições de desempenhar as atribuições. As políticas relacionadas à oportunidade de especialização ainda são insuficientes, e pouco contribuem para reverter essa situação, ainda que recentemente a política educacional do Brasil esteja pensando processos de inclusão educacionais que tenham eficácia como forma de inserção social, cultural, educacional e também em última instância no mundo do trabalho. De acordo com Brumer (2004), em Porto Alegre o número de vagas oferecidas⁹ aos portadores de deficiência é maior que o número de inscritos, demonstrando que são urgentes a oportunidade de qualificação¹⁰ e a abertura de vagas de emprego destinadas aos deficientes qualificados.

Os deficientes, como já foi referido ao longo do trabalho, vivem, sobretudo, nos chamados países pobres ou em desenvolvimento, o que significa em números cerca de 300 milhões de pessoas, as quais, em sua maioria, não contam com os serviços de reabilitação. Para ser mais preciso: apenas 1% a 2% tem acesso a serviços de readaptação.

No Brasil, a pessoa portadora de deficiência (PPD) é, segundo o Decreto Federal n.º 914/93, “pessoa que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. A Constituição da República de 1988 tenta assegurar normas que garantam a integração do deficiente à vida social e ao mercado de trabalho, pretendendo a participação. Além da criminalização da discriminação contra os PPDs, o que pretende a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; reserva de cargos públicos, a serem preenchidos através de concurso, para pessoas portadoras de deficiência física; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física.

⁹ Vagas que no caso dos cegos estão ligadas às funções de baixa qualificação, como vendedor e recepcionista.

¹⁰ A qualificação para os deficientes visuais é complexa muito devido ao fato de se encontrar pouco material em braile.

Foi regulamentada a reserva de vagas a serem preenchidas através de concurso público na Carta Constitucional: “As pessoas portadoras de deficiência é assegurado direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso”. Além de outras Leis que foram sendo adotadas para garantir os direitos dos PPDs¹¹.

No município de Porto Alegre são, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, de 204.455, o que representava na época 15% da população porto-alegrense. A partir desse dado, podemos concluir que é impossível pensar o município sem a presença de tal contingente da população: o “mercado de trabalho” é inviável sem a presença de tais pessoas, mesmo que ele integre-os de forma precarizada¹².

Conclusão

O que vislumbramos ao estudar a situação do portador de deficiência no Brasil – capitalismo específico com suas relações pessoais sempre permeando a impessoalidade do mercado –, é que a deficiência em si não é um problema, mas sim a marca que a sociedade refere a ela. De modo, que o portador de deficiência é, na maioria das vezes, estigmatizado, ou subincluído não só no mundo do trabalho, mas também nas mais diversas esferas de sociabilidade.

A relação que se estabelece nesse tipo de sociedade com o deficiente dá condições para se pensar em “subpessoas”, inseridas numa divisão entre desiguais na qual ser deficiente corresponde à impossibilidade de ocupar cargos de maior prestígio social no mercado de trabalho. Isso porque o estigma carregado por essas pessoas as identifica como incapazes para o desempenho de muitas atividades.

Para melhor dar conta da complexidade do capitalismo moderno e globalizado, o qual tem como tendência precarizar cada vez mais as relações de trabalho, utilizamos os conceitos de classes antagônicas: a classe-que-vive-do-trabalho em oposição a que não vive da venda da sua força de trabalho, e detém e gere o capital e os meios de produção. Já que a utilização de certos conceitos (tais como burguesia e proletariado) poderia parecer anacrônico para analisar a realidade do mundo do trabalho tal como está posta hoje.

Ainda, a posição social é fundamental para entender a realidade do portador de deficiência, visto que a maior parte dos portadores de deficiências encontra-se na classe-que-vive-do-trabalho. Isso ocorre, principalmente, devido às condições de vida – a seja pela falta de alimentação, seja pelo trabalho propenso a altos índices de acidentes – que causam a deficiência tanto nos trabalhadores, quanto em seus filhos que já nascem; seja quando em condições precárias de moradia e alimentação, com alguma deficiência. Somado a isso, a classe-que-vive-do-trabalho tem acesso quase inexistente a alguma forma de reabilitação, já que nos países subdesenvolvidos somente uma pequena parcela da população tem acesso à reabilitação.

De modo que as diferenças entre deficientes e não-deficientes são transformadas em desigualdades sociais. Estigmatizado e sem acesso a informação e especialização para o trabalho, esses sujeitos, principalmente os pertencentes a classe-que-vive-do-trabalho, quando inseridos no mercado de trabalho o são de forma precária, nas posições menos prestigiadas. Em suma, a deficiência é utilizada, no mercado de trabalho, com vistas a uma maior exploração do trabalho, reproduzindo as desigualdades de classe e produzindo a condição de exclusão do deficiente.

¹¹ Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, determina que toda a empresa com mais de cem empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I até 200 empregados. 2%; II de 200 a 500 empregados. 3%; III de 501 a 1000 empregados. 4%; IV de 1001 em diante. 5%.

Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, através dos Artigos 37 a 43, garante à pessoa portadora de deficiência o direito de inscrever-se em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que é portador.

Lei Federal nº 8.859, de 23 de março de 1994, autoriza órgãos da Administração Pública e instituições de ensino a aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura regular do ensino, incluindo as escolas especiais.

Lei Estadual nº 10.228, de 06 de julho de 1994, assegura às pessoas portadoras de deficiências o direito à inscrição em concurso público para provimento em cargo, a considerar no mínimo 10% do número de vagas, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Decreto Estadual nº 38375, de 07 de abril de 1998, autoriza a administração estadual a considerar, no mínimo, 10% do número de vagas em estágios às pessoas portadoras de deficiências. Só haverá fixação quando a cota do órgão estadual for igual ou superior a 10 vagas. (INCLUSÃO SOCIAL. 2005, p. 26).

¹² O centro da capital do estado do Rio Grande do Sul está repleto de trabalhadores – do dito mercado informal – que são portadores de algum tipo de deficiência.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: Educ. Soc., maio/ago 2004, vol. 25, nº 87, p. 335-351.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Contrafogos : táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BRUMER, Anita. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327.

DORAY, Bernard e SILVEIRA, Paulo (organizadores). Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade. Ed. Vértice: São Paulo, 1989.

MARX, Karl. O Capital. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, v.1.

MENDES, Ângela Vígolo. Um olhar sobre a representação das pessoas com necessidades especiais e o mundo do trabalho. Monografia apresentada em 2004 a Universidade do Vale do Rio dos Sinos para Obtenção de Título de Especialista em Educação especial.

RIBAS, João Baptista Cintra. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Deficiência: “uma identidade social, cultural e institucionalmente construída”. In: Integração (Brasília). Brasília, DF Vol. 4, n. 9 (abr./jun. 1992), p. 4-7.

PORTO ALEGRE. Guia de Inclusão Social. (responsabilidade de todos). Porto Alegre, Secretária Municipal de Educação. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório azul 2003. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2003.

SILVEIRA, Paulo. Da Alienação ao Fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In:

www.ibge.gov.br